



AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NO CONTEXTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA - ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR SEBASTIÃO AUGUSTO LOUREIRO FIHO, MANAUS-AM / BRASIL

PUBLIC INCLUSION POLICIES IN THE CONTEXT OF SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE (AEE): BETWEEN THEORY AND PRACTICE - A STUDY CARRIED OUT AT TEACHER SEBASTIÃO AUGUSTO LOUREIRO FIHO STATE SCHOOL, MANAUS-AM / BRAZIL

LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSIÓN EN EL CONTEXTO DE LA ATENCIÓN EDUCATIVA ESPECIALIZADA (EEA): ENTRE LA TEORÍA Y LA PRÁCTICA - ESTUDIO REALIZADO EN LA ESCUELA ESTATAL PROFESOR SEBASTIÃO AUGUSTO LOUREIRO FIHO, MANAUS-AM / BRASIL

Mackson Azevedo Mafra¹

e3122514

<https://doi.org/10.47820/recima21.v3i12.2514>

PUBLICADO: 12/2022

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo geral analisar como as políticas públicas de inclusão – no que tange ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) – são colocadas em prática no atendimento aos alunos PcD do ensino médio da Escola Estadual Professor Sebastião Augusto Loureiro Filho, município de Manaus – Estado do Amazonas, Brasil. A investigação objetivou trazer uma discussão teórica sobre a legislação que norteia como deve ocorrer, na prática, o processo de inclusão de alunos PcD no ensino público regular. Buscou-se também mostrar como os docentes da escola pesquisada estão familiarizados com a base legal e o que está acontecendo, na prática, na unidade investigada. Participaram da pesquisa 07 (sete) professores do ensino médio que se dispuseram a participar da pesquisa, das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Biologia, Química, Física, Educação Física e Língua Inglesa. Os descritores da dissertação foram: Educação Especial; Atendimento Educacional Especializado Ensino Médio, que retratam a abordagem da pesquisa qualitativa, na qual se toma o método dialético na condução deste artigo, cujo objetivo foi fazer uma relação dinâmica entre o sujeito e o objeto no processo de conhecimento, e valorizar o observado e o observador, o todo e a parte. A coleta de dados ocorreu entre os meses de fevereiro a maio do ano de 2020. Os resultados apontaram que, embora os professores entendam o conceito de inclusão escolar, a própria Unidade Escolar dispõe de poucos recursos para o atendimento dos alunos do ensino médio que necessitam de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ensino Médio.

ABSTRACT

The research had as general objective to analyze how public policies of inclusion - with regard to Specialized Educational Care (AEE) - are put into practice in the care of pcd students of high school professor Sebastiao Augusto Loureiro Filho, Manaus municipality - Amazonas State, Brazil. The research aimed to bring a theoretical discursion on the legislation that guide how the process of inclusion of PCD students in regular public education should occur in practice. We also sought to show how the teachers of the researched school are familiar with the legal basis and what is happening, in practice, in the unit investigated. The research was 07 (seven) high school teachers who were willing to participate in the research, from the subjects of Portuguese Language, Mathematics, Biology, Chemistry, Physics, Physical Education and English Language. The descriptors of the dissertation were: Special Education; Specialized Educational Service High School, which portrays the qualitative research approach, in which the dialectical method is taken in the conduction of this article, whose objective was to make a dynamic

¹ Professor Graduado em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas – CSTB; especialista em: Conservação dos Recursos Naturais, pela Universidade do Estado do Amazonas – CSTB. Mestre em Ciência da Educação pela Universidad De La Integración De Las Américas – UNIDA/PY. Doutorando em Ciência da Educação pela Universidad De La Integración De Las Américas – UNIDA/PY.

- Artigo extraído, da dissertação de Mestrado apresentado a Facultad de Postgrado Maestría en Ciencias de la Educación em la Universidad de la Integración de las Américas – UNIDA, Localizada na Ciudad del Este - Paraguai, para obtenção do título de Mestre em Ciência da Educação no ano de 2021.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NO CONTEXTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA - ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR SEBASTIÃO AUGUSTO LOUREIRO FILHO, MANAUS-AM / BRASIL
Mackson Azevedo Mafra

relationship between the subject and the object in the process of knowledge, and to value the observed and the observer, the whole and the part. Data were collected between February and May 2020. The results showed that, although teachers understand the concept of school inclusion, the School Unit itself has few resources to care for high school students who need Specialized Educational Care (ESA).

KEYWORDS: *Special Education. Specialized Educational Service (AEE). Middle School.*

RESUMEN

La investigación tuvo como objetivo general analizar cómo las políticas públicas de inclusión - con respecto a la Atención Educativa Especializada (AEE) - se ponen en práctica en la atención de los estudiantes de pcd del profesor de secundaria Sebastiao Augusto Loureiro Filho, municipio de Manaus - Estado de Amazonas, Brasil. La investigación tuvo como objetivo traer una discursividad teórica sobre la legislación que guía cómo el proceso de inclusión de los estudiantes de PCD en la educación pública regular debe ocurrir en la práctica. También se buscó mostrar cómo los profesores de la escuela investigada están familiarizados con la base legal y lo que está sucediendo, en la práctica, en la unidad investigada. La investigación fue de 07 (siete) profesores de secundaria que estaban dispuestos a participar en la investigación, de las asignaturas de Lengua Portuguesa, Matemáticas, Biología, Química, Física, Educación Física y Lengua Inglesa. Los descriptores de la tesis fueron: Educación Especial; Servicio Educativo Especializado de Secundaria, que retrata el enfoque de investigación cualitativa, en el que se toma el método dialéctico en la conducción de este artículo, cuyo objetivo fue hacer una relación dinámica entre el sujeto y el objeto en el proceso de conocimiento, y valorar lo observado y lo observador, el todo y la parte. Los datos fueron recolectados entre febrero y mayo de 2020. Los resultados mostraron que, aunque los maestros entienden el concepto de inclusión escolar, la Unidad Escolar en sí tiene pocos recursos para atender a los estudiantes de secundaria que necesitan Atención Educativa Especializada (ESA).

PALABRAS CLAVE: *Educación Especial. Servicio Educativo Especializado (AEE). Secundaria.*

INTRODUÇÃO

Inicia-se este trabalho de pesquisa afirmando que a educação traz muitos desafios aos que nela estão engajados. Muito já se pesquisou, escreveu e discutiu sobre educação, mas seu tema é sempre atual e indispensável, pois seu foco principal é o ser humano. Pensar em educação é pensar no ser humano em sua totalidade, em seu corpo, seu meio ambiente e em suas preferências.

Trilhando por essa ótica, este artigo traz para discussão apontamentos teóricos e práticos em torno da educação inclusiva, especificamente o Atendimento Educacional Especializado. O AEE se caracteriza como a possibilidade de um melhor atendimento às PcD² e prioriza o complemento e suplemento deste processo como apoio pedagógico oficializado pela Sala de Recursos Multifuncionais (SRMs), demandando um novo campo de atuação. Para isto foram necessárias ações diferenciadas. Desta maneira, a Resolução nº 2/2008 oportuniza novos elementos ao atendimento desses alunos da Educação Básica.

Assim, o AEE surge efetivamente em 2011, cuja Nota Técnica nº 002, autoriza os estudantes da educação especial ser e estar atuantes na escola, dispor de seus direitos, oferecendo-lhes pleno acesso à educação em igualdade de condições. A norma técnica ainda coloca a educação especial como uma modalidade transversal complementar ou suplementar à escolarização, em níveis, etapas e

² PcD significa Pessoas com Deficiência, pois ele esclarece que há algum tipo de deficiência, sem que isto inferiorize quem a tem.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NO CONTEXTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA - ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR SEBASTIÃO AUGUSTO LOUREIRO FILHO, MANAUS-AM / BRASIL
Mackson Azevedo Mafra

modalidades de ensino, oportunizando recursos e serviços para sua utilização no processo de ensino e aprendizagem, seja nas demandas de sala de aula ou no Atendimento Educacional Especializado.

O AEE especializado, no contexto da perspectiva inclusiva, configura-se como um espaço da Educação Especial, não sendo substitutivo ao ensino regular. Prestado de forma complementar e suplementar, as atividades desenvolvidas neste atendimento diferenciam-se da prática da sala de aula do ensino regular, no sentido de eliminar as dificuldades dos alunos, facilitar o processo de ensino e promover a acessibilidade na escola.

Dentre as razões que se constituem como principais motivações para a produção da pesquisa e para o relato sobre essa temática, ressalta-se a convicção sobre a necessidade da expansão do Atendimento Educacional Especializado, a fim de que sejam disponibilizados serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para a plena participação de alunos PcD na sociedade e no desenvolvimento de sua aprendizagem, favorecendo o processo de inclusão da criança no próprio contexto da escola regular.

Esta investigação teve como ponto principal analisar como as políticas públicas de inclusão, no que tange ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) são conhecidas e como estas são colocadas em prática no atendimento dos alunos PcD do ensino médio da Escola Estadual Professor Sebastião Augusto Loureiro Filho, município de Manaus/AM - Brasil.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A Educação Especial é um dos temas relevantes da atualidade. Com ela há o desafio de atender às necessidades e expectativas da sociedade em transformação, por meio da implementação de políticas educacionais que têm como meta a educação inclusiva. Trata-se de uma modalidade de educação escolar, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96, que “tem por objetivo promover a integração e o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.” (BUCCIO, 2012, p. 43).

A LDBEN nº 9394/96, em seu artigo 58, afirma que se entende por Educação Especial “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.” (BRASIL, 1996, p. 36). Mesmo sendo definida como uma modalidade de educação escolar, o atendimento de sujeitos da Educação Especial vem se organizando, ao longo da história da educação brasileira, como um sistema paralelo, no qual a presença das denominadas “escolas especiais” e classes especiais é significativa.

Baptista (2016), afirma que a Educação Especial se constitui como área de relevância social, cujas ações têm caráter de respeito à dignidade humana e de respeito à diferença. Assim, para Camelo: “*A Educação Especial, em sua origem, foi entendida e praticada como uma educação diferente, à margem da educação geral, não como é vista hoje, como uma educação diferente, de processos educativos específicos que é destinada a uma população também específica que dela se beneficia.*” (CAMELO, 2015, p. 67)



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NO CONTEXTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA - ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR SEBASTIÃO AUGUSTO LOUREIRO FIHO, MANAUS-AM / BRASIL
Mackson Azevedo Mafra

Ao longo da história, na área da Educação Especial esse é o modelo vigente de atendimento educacional a esses sujeitos, um atendimento diferenciado e segregado. Inúmeras leis e decretos foram formulados e aprovados no Brasil e, assim, gradativamente, as questões mais específicas relacionadas à educação especial passaram a ser mais contempladas.

Nas Leis nºs 4.024/619 e 5692/7110, por exemplo, não se dava muita importância a essa modalidade educacional (CAMELO, 2015). Apenas um ou dois artigos o conceituaram como tratamento especial, e mesmo no início comprovaram sua predição na estrutura educacional. A sua existência não pode ignorar algumas lacunas que permitem algum esvaziamento e / ou poucos direcionamentos na área.

Ao mesmo tempo que propõe o atendimento integral na rede de ensino formal, a lei também delega parte das responsabilidades do atendimento a instituições de gestão privada por meio da garantia de apoio financeiro. Assim, a distribuição de serviços que ocorria antes da década de 1960 foi padronizada em 1961 com a criação da Associação Pestalozzi e da APAE, responsável por atender os clientes mais fiéis.

A educação especial, então, não era assumida diretamente pelo Estado, ou seja, ela não era oferecida em sua maioria na escola pública, mas em instituições especializadas de caráter assistencial. Reforçava-se assim a existência dos atendimentos segregados da área.

Elas estavam diretamente subordinadas ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e tinham como funções a promoção, em todo o território nacional, de treinamento, reabilitação e assistência educacional às pessoas com deficiência, a cooperação técnica e financeira com entidades públicas e privadas e o incentivo para organização de cursos e entidades nessa área.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL, NO ÂMBITO DA LEGISLAÇÃO

Em 1961, quando a legislação brasileira explicitou o compromisso com a Educação Especial, na Lei nº 4.024/61, já existia no país uma organização considerável no atendimento, tanto em instituições particulares de caráter assistencial quanto em algumas classes especiais públicas. “Um aumento significativo das classes especiais, principalmente para deficientes mentais, ocorreu somente a partir da década de 70.” (GAIO; MENEGHETTI, 2014, p. 28).

Esse movimento marcou o isolamento geral característico da educação especial da época, principalmente no atendimento aos deficientes mentais na forma de reabilitação.

Na Lei nº 5692/71 Percebe-se que as características dos clientes de educação especial são: alunos com deficiência física ou mental, alunos muito aquém da idade escolar normal e alunos superdotados. Neste momento, vemos o reconhecimento das questões de educação especial e aprendizagem, o que se reflete na expansão das redes públicas na década de 1960.

Este serviço é apoiado por um discurso potencial inato, bem como a implementação e uso de técnicas e tecnologia profissional. Nesse período, segundo Jannuzzi (2011), havia a convivência ambígua dos setores públicos e privados, caracterizando uma parcial simbiose que permitia ao setor privado exercer influência na determinação das políticas públicas.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NO CONTEXTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA - ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR SEBASTIÃO AUGUSTO LOUREIRO FIHO, MANAUS-AM / BRASIL
Mackson Azevedo Mafra

Como exemplo, o autor menciona a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), em 1973, que se deu por influência das entidades privadas da educação especial, indicando a preocupação do Brasil com o atendimento desse alunado na rede, seja na escola e/ou na instituição.

Esse último atendimento era muito valorizado nesse período, pois era visto como o meio e/ou recurso mais adequado e viável a todos que apresentassem deficiências e/ou necessidades educacionais especiais. Sentindo as consequências desse sistema, bem como a influência de movimentos que começavam lentamente a despontar em nível internacional, o Brasil passou a repensar sua forma de atuação e de concepções em relação à educação especial.

A década de 90 do século passado foi marcado por profundas mudanças nas questões pertinentes à educação especial, no Brasil. Nunca se falou tanto em “pessoas com necessidades especiais”, “educação especial”, “integração”, “inclusão” e direitos dos “deficientes” como nos últimos anos (MARTINS, 2010, p. 43).

A atual LDBEN identificou cursos especiais, métodos, tecnologias, recursos e organizações específicas para atender às necessidades dos alunos. Deve ser descrito como uma resposta educacional especial. A não tão nova legislação visa reverter essa situação: a maioria das crianças passou a receber atendimento em escolas regulares e, apenas em casos excepcionais, algumas delas continuarão a receber educação em escolas ou classes especiais. Com a lei 9394/96 LDB, a educação especial constitui um Capítulo, cujos artigos, além de reverem seu conceito, superando a ideia de tratamento, dizem respeito à organização do atendimento educacional, aos serviços de apoio especializado, à faixa etária de ingresso na Educação Infantil, ao processo pedagógico, à terminalidade de Ensino Fundamental, à formação de professores e ao apoio técnico e financeiro às instituições privadas sem fins lucrativos.

Além disso, permite a evolução da educação especial como um subsistema dos seus adjetivos especiais, no sentido da boa qualidade, na medida em que o processo escolar seja dedicado à qualidade da aprendizagem dos alunos e respeitando as suas diferenças individuais. Com essa possibilidade, apesar de algumas exceções, algumas crianças devem continuar recebendo educação em classes especiais, que são dotadas de práticas relacionadas ao processo de integração escolar. Por outro lado, de acordo com a filosofia e princípios do Movimento de Inclusão, todos os alunos, independentemente de suas restrições e / ou compromissos, devem ser inseridos no sistema de ensino formal.

Em 2001 foi promulgada a Resolução CNE/CEB nº 02, que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, e a Educação Especial, como modalidade da educação escolar, passou a ser considerada como:

Um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2001a, p. 69).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NO CONTEXTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA - ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR SEBASTIÃO AUGUSTO LOUREIRO FIHO, MANAUS-AM / BRASIL
Mackson Azevedo Mafra

A importância do seguimento desta corrente de pensamento deriva da necessidade da compreensão dos caminhos percorridos pela educação especial até o atual processo de inclusão das pessoas com necessidades especiais. A partir da historicidade será possível fundamentar a complexidade do presente processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais na rede de ensino regular de ensino público. Afinal, a inclusão depende da sociedade, mediante um processo de adaptação de seus sistemas sociais, para que as pessoas com necessidades especiais possam ser preparadas para assumir seus papéis na própria sociedade.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (2000), embora a expressão especial seja um conceito amplo e diversificado, a atual Política Nacional de Educação Especial aponta para uma definição de prioridades no que se refere ao atendimento especializado a ser oferecido na escola para quem dele necessitar. A Constituição de 1988, no art. 208, inciso III, assegura o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 2004). A LDBEN nº. 9.394/96, no capítulo V – Da Educação Especial, art. 58, amplia esta categoria trocando a expressão “portadores de deficiência” por “educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 2007).

Nessa perspectiva, os alunos com necessidades educacionais especiais referem-se a discentes que se diferenciam dos demais alunos pelas próprias necessidades e que precisam de recursos didáticos e métodos educacionais específicos no campo da aprendizagem curricular correspondente à sua idade.

A Declaração de Salamanca, resultante da Conferência Mundial em Educação Especial organizada pelo governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, realizada em Salamanca entre 7 e 10 de junho de 1994, esclarece que, nesse documento, o termo “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Já em 2001, com a aprovação da Lei nº. 10.172, referente ao Plano Nacional de Educação, o conceito se amplia no seguinte entendimento: “*A educação especial se destina às pessoas com necessidades especiais no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos*”. (BRASIL, 2001, p. 55).

A Resolução CNE/CEB nº. 2, de 11 de fevereiro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica no Brasil, no art. 5º, assim define: Art. 5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:

- I - Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específicas; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;
- II - dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;
- III – altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. (BRASIL, 2001, p.7).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NO CONTEXTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA - ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR SEBASTIÃO AUGUSTO LOUREIRO FIHO, MANAUS-AM / BRASIL
Mackson Azevedo Mafra

A partir dessa resolução Educação Especial é reafirmada como modalidade de ensino que perpassa todos os níveis da Educação Infantil à Superior.

OS DIFERENTES CONCEITOS DE DEFICIÊNCIA

Deficiência, incapacidade e desvantagem são conceitos diversos que não podem ser confundidos e precisam ser diferenciados. A Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social, não define esses conceitos. O Decreto nº 3.298/1999, editado para regulamentar a Lei nº 7.853/89 é que define no Brasil o que constitui deficiência, deficiência permanente e incapacidade.

Nos termos do art. 3º: I- deficiência é "toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano".

O Decreto n. 3.298/99, no inciso II do mesmo artigo, acrescenta que a deficiência permanente é "aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos".

A incapacidade, por sua vez, de acordo com o artigo 3º, III, é uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. Pessoas com deficiência precisam apenas encontrar uma correspondência entre o trabalho oferecido e suas limitações, por outro lado, a deficiência é causada por deficiência, ou a resposta de um indivíduo a deficiência mental, física, sensorial ou outra, dados certos comportamentos sociais na vida.

Em 06/07/2015 foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que alterou o Decreto nº 6.949/2009, que diz:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

- I - Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
- II- Os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
- III- A limitação no desempenho de atividades; e
- IV - A restrição de participação.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NO CONTEXTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA - ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR SEBASTIÃO AUGUSTO LOUREIRO FIHO, MANAUS-AM / BRASIL
Mackson Azevedo Mafra

A Lei da Deficiência “estatuto da pessoa com deficiência” tornou-se uma ferramenta de mudança de paradigma para os direitos das pessoas com deficiência, promovendo a inclusão social efetiva dessas pessoas com deficiência.

TECENDO CONCEITOS SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ao longo da história da humanidade, as pessoas com deficiência enfrentaram comportamentos e reações distintas e, muitas vezes, contraditórias, considerando-se que se vive numa sociedade que ora exclui e ora integra parcialmente seus cidadãos.

A Educação inclusiva foi um dos campos de importantes reformas. A partir da década de 1990, a educação, ou, mais especificamente, os sistemas educacionais, têm se deparado com políticas destinadas a efetuar mudanças na instituição escolar envolvendo: os currículos, a obrigatoriedade, a acessibilidade, a quantidade de anos do atendimento da educação básica e mudanças quanto à questão da universalização do acesso.

O termo inclusão é recente e teve sua origem na expressão inglesa *full inclusion*, que pode ser traduzida por “inclusão plena”, “inclusão total” ou “inclusão integral”. Para Brasil (1998), educação inclusiva refere-se ao processo de inclusão dos alunos com deficiências e/ou com necessidades educacionais especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os níveis, da Educação Infantil ao Ensino Superior.

Trata-se de um paradigma não tão novo, que pode ser entendido da seguinte maneira: prescreve a educação de todos os alunos nas classes e escolas do bairro, ou seja, todas as crianças devem ser incluídas na vida social e educacional da escola e classe de seu bairro e não somente colocadas e/ou inseridas na vida comunitária depois de já terem sido dela excluídas. Stainback Aduz afirma que: *“ampla diversidade atinge não apenas os fatores relativos à aprendizagem dos conhecimentos escolares, mas são também vantajosos para o desenvolvimento de atitudes favoráveis à pessoa com deficiência, [...] diminuindo-se o seu isolamento e segregação”*. (STAINBACK, 2015, p. 87).

Para Silva (2019) o ato de incluir implicará, então, trocar, entender, respeitar, valorizar e lutar contra a exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou, lembrando que esse processo ocorre na e para a sociedade, o que envolve a superação dos preconceitos, a modificação de atitudes e a organização de metodologias de trabalho em consonância com o conhecimento científico.

Carvalho diz que: *“O direito é à igualdade de oportunidades, respeitadas a diversidade humana e a multiplicidade de interesses e necessidades de cada um. Este é o princípio democrático que deve nortear as discussões e o processo deliberativos na escola, em clima de gestão compartilhada”* (CARVALHO, 2014, p.157).

A inclusão é, portanto, responsabilidade de todos, existente e necessária na sociedade. A inclusão buscará integrar os alunos à sociedade e à vida educacional de uma forma mais radical, completa e sistemática, ou seja, todos os alunos devem ser incluídos na escola regular, não apenas no ensino regular.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NO CONTEXTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA - ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR SEBASTIÃO AUGUSTO LOUREIRO FIHO, MANAUS-AM / BRASIL
Mackson Azevedo Mafra

Como a escola não objetiva excluir ninguém do sistema escolar, ela terá de se adaptar e/ou se reestruturar para atender as particularidades de todos os alunos, desde o começo de sua escolarização (MANTOAN, 2010).

Para Glat (2013), a educação inclusiva representa mais que uma proposta educacional. Ela a considera uma concepção de escola que busca por respostas educativas que respondam às necessidades apresentadas por seus alunos, em conjunto, e a cada um deles em particular, implicando isso em um processo de reestruturação dos seus aspectos constitutivos. *“Oferecer um ensino de qualidade para todos os educandos, inclusive para os que têm alguma deficiência ou problema que afete a aprendizagem, como propõe a Educação Inclusiva, não é tarefa simples.”* (GLAT, 2013, p. 30).

A mesma ideia é partilhada por Rodrigues (2016), tendo em conta que a educação inclusiva abrange todos os alunos da escola, permite-se ir ao encontro das necessidades pessoais de todos ao mesmo tempo, mas também ir ao encontro das necessidades de todos e, ao mesmo tempo, não se recusa a acolher nenhum aluno.

O mesmo autor segue o objetivo da educação inclusiva, ou seja, mudando as práticas tradicionais, removendo obstáculos à aprendizagem dos alunos, atentando para suas diferenças e revelando a educação inclusiva.

MÉTODO

O método da investigação se constitui em um diálogo com o tema proposto, buscando dar a ele um rumo, uma significação. Também no artigo, o método que o baliza segue pelos princípios da dialética, partindo do pressuposto de que existe uma realidade objetiva fora da consciência, a qual advém da sua materialidade histórica.

Neste sentido, faz-se necessário observar que o conhecimento e a pesquisa dialética se constroem em constante processo com conceitos dinâmicos, considerando as transformações sociais, que implicam novos conhecimentos e pesquisas, o que, segundo Prado Jr. (2010, p. 166) “é de um ponto de vista dialético, e dentro de uma concepção lógico dialética que se terá de prosseguir, daqui para o futuro, na construção e desenvolvimento da cultura humana”, pela contextualização da pesquisa, sua historicidade, bem como as contradições que emergem da dialética.

Nesse contexto, o estudo que se apresenta teve como enfoque metodológico uma abordagem qualitativa, visando obter informações, conhecimentos e realizar uma análise de como as políticas públicas de inclusão – no que tange ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) – são colocadas em prática no atendimento dos alunos PcD do ensino médio da Escola Estadual Professor Sebastião Augusto Loureiro Filho, município de Manaus /AM.

Dessa forma, na medida em que o indivíduo estabelece uma pesquisa qualitativa dialética das políticas educacionais, estabelecerá uma crítica que, inevitavelmente, apresentará pontos promotores e propagadores de uma necessária transformação no cenário social. Sampieri (2013) diz que o enfoque qualitativo apresenta a característica de não dar ênfase às variáveis envolvidas no fenômeno, mas de



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NO CONTEXTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA - ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR SEBASTIÃO AUGUSTO LOUREIRO FILHO, MANAUS-AM / BRASIL
Mackson Azevedo Mafra

entendê-lo. Seu propósito é de reconstruir a realidade estudada, a complexidade em seu ambiente usual e a contextualização do ambiente.

Nessa perspectiva, realizou-se uma pesquisa de cunho bibliográfico e do tipo descritiva, atendendo às especificidades do estudo de campo e investigativo, utilizou-se o seguinte instrumento de coleta de dados: Entrevista individual semiestruturada com 11 professores do ensino médio, período vespertino. Nesse trilhar, o método dialético que conduziu a pesquisa propôs uma relação dinâmica entre o sujeito e o objeto, no processo de conhecimento, e valoriza o observado e o observador, o todo e a parte (FERNANDES, 2020).

A pesquisa foi desenvolvida na Escola Estadual Professor Sebastiao Augusto Loureiro Filho, município de Manaus/AM -Brasil, está localizada na Avenida principal, s/n. Bairro: Santa Etelvina. O trabalho foi desenvolvido em três etapas que permitiram o andamento estruturado da pesquisa.

Primeira etapa: permitiu a estruturação da pesquisa, sendo seu objetivo o aprofundamento teórico do tema a ser pesquisado; a segunda etapa foi buscar autorização com a direção da Escola para entrevistar os professores do ensino médio que se dispuserem a participar da pesquisa; e a terceira etapa foi destinada a pesquisa de campo, onde foi realizada uma entrevista com os participantes da pesquisa. Foram convidados para participar da pesquisa 01 (uma) professora de Língua Portuguesa que será identificado em suas falas com a sigla *LP*, 01 (um) professor de Matemática que terá como sigla a letra *M*, 01 (uma) professora de biologia identificada com a letra *B*, 01 (uma) professora de Química que recebeu como identificação em suas falas a letra *Q*, 01 (um) professor de Física este recebeu a letra *F* como identificação em suas falas, 01 (um) professor de Educação Física este foi identificado com a sigla *EF*, e 01 (uma) professora de Língua Inglesa que recebeu a sigla de *LI* como identificação, somando-se 07 (sete) integrantes do grupo de pesquisa.

As indagações feitas aos pesquisados foram as seguintes:

- 1- O que você entende por educação inclusiva?
- 2- Para você, professor (a) e Gestor, qual a importância da inclusão educacional de alunos PcD?
- 3- O que você espera para a educação inclusiva, dentro da realidade da Escola Estadual Professor Sebastiao Augusto Loureiro Filho?

ANÁLISE DE RESULTADO

Segundo Fernandes (2020), o momento da análise é um dos mais delicados da pesquisa. É quando o trabalho atinge o momento decisivo, pois, ao se fazer a crítica interna do trabalho, visa-se à obra conteúdo, ao seu significado. Isto é, a análise se divide em duas categorias: a crítica de interpretação ou hermenêutica e a crítica do valor interno do conteúdo.

COM A PALAVRA, OS PARTICIPANTES

1 - O que você entende por educação inclusiva?



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NO CONTEXTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA - ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR SEBASTIÃO AUGUSTO LOUREIRO FIHO, MANAUS-AM / BRASIL
Mackson Azevedo Mafra

“Um assunto muito importante que se deve tratar, ser repensado bem, com carinho, porque a gente tem visto que tem sido assim... muita mudança na vida das pessoas. Não só das crianças deficientes, mas, de um modo geral, na nossa vida. A gente muda o modo de enxergar a vida a nosso respeito”. (LP)

“Eu acho que a inclusão tem um lado muito bom, que é ter dado ao portador de necessidades especiais o direito de estar frequentando uma escola comum, como todo ser humano. É ele tem o direito de ter oportunidades igual ao outro”. (B)

“O lado bom desta questão da inclusão é que toda criança... não só criança, como todo ser humano, tem o direito de conviver com outras pessoas, à educação como qualquer pessoa. Porque é assim que se aprende; com o outro. E também é uma forma de diminuir a discriminação. Quando você tem a oportunidade de conviver, você começa a ver com mais naturalidade”. (M)

“A inclusão tem que sair do papel do discurso e acontecer de fato. Acredito que vai levar algum tempo para que alguns professores entendam o verdadeiro sentido da inclusão e da integração. Pois não basta somente a inclusão, mas é preciso pensar na integração, pois é ela que propicia a permanência do aluno na escola”. (Q)

“Para mim é muito importante, pois ela tenta de alguma forma remover as barreiras que impedem as pessoas com problemas de construir seus conhecimentos e experiências. A inclusão não se refere somente ao terreno educativo, mas ao verdadeiro significado de ser incluído”. (EF)

“A inclusão é muito importante, pois concede à criança com deficiência a oportunidade de conviver com outras crianças. Além do que, é um direito seu, direito de se socializar”. (LI)

Nessa entrevista aberta, pode-se notar, através dos relatos dos participantes, que a inclusão não se restringe apenas à escola, mas se estende a qualquer outro lugar de convívio social. É parte de um movimento amplo do qual a sociedade participa na busca de direitos sociais garantidos na forma de igualdade de acesso, participação e permanência, principalmente na educação, por intermédio da qual o indivíduo pode exercer com efetividade a sua cidadania.

Nesse sentido, eles confirmaram o dizer de Mantoan (2010), de que a inclusão reforça a importância de ações conjuntas de toda a comunidade escolar, para a discussão e a compreensão dos problemas educacionais. De acordo com Mazzotta (2013) “A inclusão escolar prevê intervenções decisivas e incisivas, em ambos os lados da equação no processo de desenvolvimento do sujeito e no processo de reajuste da realidade social. Assim [...] busca-se a criação imediata de condições que garantam o acesso e a participação da pessoa na vida comunitária”. (MAZZOTTA, 2013, p.141).

Já Carvalho (2014) afirma que inclusão pressupõe um movimento contra qualquer tipo de exclusão que venha a ocorrer dentro dos espaços educacionais, na medida em que está baseada na defesa dos direitos humanos de acesso, no ingresso e na permanência, possibilitando a todas as pessoas oportunidades educacionais adequadas, respeitando, durante todo o processo de aprendizagem, a individualidade, bem como as limitações inerentes a cada ser.

Esse acesso depende de políticas públicas que assegurem ao aluno os seus direitos educacionais, já que as políticas de inclusão se tornaram mais fortes a partir do ano de 1994, com o



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NO CONTEXTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA - ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR SEBASTIÃO AUGUSTO LOUREIRO FIHO, MANAUS-AM / BRASIL
Mackson Azevedo Mafrá

advento da Declaração de Salamanca, tem-se visto diversos debates a respeito da inclusão de pessoas com deficiência no contexto escolar. Diante desse fato, torna-se pertinente mencionar que a inclusão escolar vem assumindo, ao longo do tempo, significados dentro de contextos históricos, no qual vai se efetivando aos poucos. Atualmente, essa política pública educacional se vincula ao combate da exclusão social, demarcada no Brasil por expressiva desigualdade de distribuição de renda. Já para Mendes: “Políticas públicas são formas de planejamento governamental que tem o objetivo coordenar os meios e recursos do Estado, e também do setor privado, para a realização de ações relevantes e politicamente determinadas” (MENDES, 2018, p. 61-68).

Nesse contexto, pode-se afirmar que a inclusão, como um processo previsto em leis e discutido em políticas públicas nacionais e internacionais não se efetivou de fato, em razão de faltar ações políticas capazes de sustentá-la.

2-Para você, professor (a), qual a importância da inclusão educacional de alunos PcD?

A inclusão é um aprendizado de mão dupla, onde um aprende com o outro, isto é, o aluno PcD com o da sala regular. Isto é muito bom para o respeito e a alteridade, que, ao me ver, é o que se precisa construir atualmente nas escolas. (LP)

Vejo como uma forma de diminuir a discriminação; vejo também que atitudes discriminatórias persistem na sociedade devido à falta de informação e à pouca convivência com o diferente. (EF)

A inclusão se faz também na convivência. Quando você tem a oportunidade de conviver, você começa a ver mais clareza. Concretizar realmente a inclusão é um grande desafio, pois envolve mudanças na concepção de sociedade, de homem, de educação e de escola. (F)

A inclusão é um processo em construção que tende a ser diferenciado do ensino regular oferecido no espaço da escola comum. (B)

A inclusão não se refere somente ao terreno educativo, mas ao verdadeiro significado de ser incluído. (LI)

Incluir uma criança ou um jovem PcD na escola significa proporcionar a todos os alunos o aprendizado de conviver com a diversidade, sem anulá-la. Embora todos sabemos que a inclusão como imaginamos e idealizamos não é a mesma que vemos na prática. (Q).

Analisando as respostas desta pergunta, pode-se identificar que todos foram unânimes em considerar a inclusão como um ato importante e que a educação inclusiva deve estar fundamentada no princípio da diversidade e educação de qualidade para todos.

Segundo Mantoan: “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças, ou seja, é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção”. (MANTOAN, 2010, p.176).

Nas palavras dos entrevistados, pode-se notar a percepção deles sobre a inclusão e a importância dessa política para a construção da escola inclusiva. Nos discursos das professoras da



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NO CONTEXTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA - ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR SEBASTIÃO AUGUSTO LOUREIRO FILHO, MANAUS-AM / BRASIL
Mackson Azevedo Mafra

Sala de Recursos Multifuncionais nota-se um entendimento diferenciado do que significa inclusão, como a afirmação da professora de Língua Inglesa, que disse:

“A inclusão não se refere somente ao terreno educativo, mas o verdadeiro significado de ser incluído”. (LI)

Essas palavras, no entendimento do pesquisador trazem em seu bojo o verdadeiro significado do que seja inclusão, acompanhado pela declaração da professora de Língua portuguesa:

Inclusão é um aprendizado de mão dupla, onde um aprende com o outro, isto é, o aluno PcD com o da sala regular. *“Isto é muito bom para a construção do respeito e da alteridade, que, ao me ver, é o que se precisa construir atualmente nas escolas”.* (LP)

Nas entrelinhas das falas das duas professoras percebeu-se que, no entendimento delas, uma escola inclusiva deve adotar práticas baseadas na valorização da diversidade humana, no respeito pelas diferenças individuais, e que a inclusão parte do princípio de que a escola deve ser transformada para adaptar-se às necessidades de todos e de cada um.

Segundo Mantoan: “A inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico”. (MANTOAN, 2010, p. 120).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a inclusão deve ser definida como proposta pedagógica que assegura recursos, serviços especializados e atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, possibilitando cada vez mais o acesso desse atendimento a toda população que dela necessita.

Assim, o conceito de inclusão se alarga à medida que reivindica igualdade de direitos para todos os cidadãos, e, nessa reivindicação está a busca pelo reconhecimento de uma sociedade plural e aberta às diferenças, cuja finalidade é acolher, inserir, respeitar, e não somente garantir o acesso, mas a permanência e o pleno desenvolvimento destes indivíduos ao longo de sua trajetória estudantil.

3-O que você espera para a educação inclusiva, dentro da realidade da Escola Estadual Professor Sebastião Augusto Loureiro Filho?

Essa indagação causou certo desconforto nos participantes, pois, estes se sentiram receosos em proferir suas respostas.

A professora de Biologia apresentou as suas considerações:

“Aqui na Escola buscamos de todas as formas incluir o aluno, digo, todos os alunos. Não possuímos todos os recursos, mas posso dizer que o aluno é bem atendido”. (B)

Analisando a fala da professora, pode-se verificar o compromisso com os alunos e a Escola, mesmo com poucos recursos no tocante ao que se necessita para a inclusão dos alunos PcD, como as Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs).

As Salas de Recursos Multifuncionais são espaços para o AEE, espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com Necessidades Educacionais



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NO CONTEXTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA - ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR SEBASTIÃO AUGUSTO LOUREIRO FIHO, MANAUS-AM / BRASIL
Mackson Azevedo Mafra

Especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar.

Portanto, este é um espaço organizado que disponibiliza materiais didáticos, equipamentos e profissionais capacitados para atender às necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2006).

Tendo em vista que, conforme esse documento, a construção de conhecimentos pelos alunos é favorecida pelos materiais pedagógicos e equipamentos utilizados por um profissional com formação adequada a essa forma de atendimento, é necessário debruçar-se sobre esses elementos: A constituição do espaço físico, incluindo os materiais disponibilizados para a oferta do AEE e o profissional que atua nesse ambiente. Nesse viés, a fala da professora LP foi incisiva quando, nas entrelinhas, ela diz que a atuação do professor é o elo essencial na inclusão do aluno com deficiência ou sem deficiência no ensino regular, e ela procura desempenhar seu papel da melhor maneira.

Nessa conversa aberta, o professor de Educação Física deu a sua opinião:

“Gente, não podemos esquecer que os alunos que apresentam alguma limitação enfrentam barreiras e preconceitos, estigmas e estereótipos por ele ser diferente. Esta é a minha preocupação nas minhas aulas e precisa ser diminuída. Também precisamos de melhoria, adequação da estrutura física para dar o mínimo de conforto aos alunos que apresentam alguma deficiência. Mas, o mais importante é que todos os professores trabalhem em sala de aula a diferença, para acabar com o bullying, principalmente entre os maiores”. (EF).

O *bullying* pode ser entendido como um jogo desprezível, praticado repetida e deliberadamente por crianças e jovens no ambiente escolar, cujo objetivo é intimidar, caluniar, discriminar e excluir colegas.

Verifica-se, na fala do professor EF, que os pressupostos que embasam a educação inclusiva têm em vista que ela é orientada pelos princípios dos direitos humanos, em que se aduz que a escola é realmente para todos. Paulo Freire (1978), ao redefinir o conceito de educar, traz o pensar de que o processo educacional deve partir da vida e da realidade local do educando. Isto possibilita desenvolvimento da consciência crítica para combater as formas de opressão, injustiças e desigualdades, e construir formas de libertação, justiça e solidariedade.

Nesse sentido, o pesquisador percebeu que o professor de Educação Física está tentando estabelecer novos paradigmas na sua forma pedagógica de agir, onde ele busca recriar meios articulados com a realidade. O pesquisador reafirma a importância dos quatro pilares da educação que, segundo o relatório "Educação: um Tesouro a Descobrir", a aprendizagem aponta para a educação da sensibilidade, que permite ao sujeito a vivência da solidariedade, do amor fraterno através de um comportamento ético e político nas atitudes concretas da vida.

A professora de Química diz:

“Fazemos sempre o melhor que podemos, desde a merendeira ao gestor, mas não depende somente de nós. Temos no ensino médio alunos que precisam de atendimento; começa pela família que não se importa, e assim vai caminhando. Nós, como já disse, fazemos o possível para que eles



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NO CONTEXTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA - ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR SEBASTIÃO AUGUSTO LOUREIRO FIHO, MANAUS-AM / BRASIL
Mackson Azevedo Mafra

sejam incluídos... são muitos, desde o 1º ao 3º ano, para que não desistam, que concluem seus estudos. É necessário haver políticas públicas para esse fim". (Q)

É importante destacar que, na fala da professora de Química, existe a necessidade de que as políticas sejam executadas, sendo também importante uma constante fiscalização e um estudo detalhado de seus efeitos para promover o aprimoramento das políticas inclusivas, importando em serviços e recursos efetivos e eficazes para garantir o pleno desenvolvimento das pessoas com deficiência.

Importante destacar que os dispositivos trazidos pelo Estatuto da Pessoa com deficiência (EPCD) reafirmam os estabelecidos na Convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência (CIDPD), sendo de extrema relevância, na medida em que dispõem sobre o direito à educação inclusiva, orientando a atuação da comunidade escolar, seja ela pública ou privada, no sentido de garantir, com qualidade e igualdade, as medidas necessárias para a educação dos alunos com deficiência. Esses dispositivos estabeleceram as diretrizes importantes a serem observadas.

Nesse pensar, o processo inclusivo deva ligar-se a todos os segmentos da sociedade, como fala Montoan: "Na área educacional, este processo aconteceu de forma mais efetiva, por meio de leis, decretos e diretrizes nacionais, porque a educação é a área que mais chances têm de provocar mudanças no comportamento da sociedade, devido a sua função formadora e socializadora do conhecimento" (MONTAAN, 2010, p. 56).

Assim, considera-se que, somente com a igualdade de acesso à educação, observando as especificidades de cada indivíduo, poder-se-á falar em inclusão, devendo-se adequar a realidade das escolas aos alunos, tendo em vista a diversidade humana.

Na fala da professora de Língua Portuguesa:

"Faço o possível; todos fazemos o possível para atender a todos os alunos, com muito compromisso, para que eles possam ir para frente... todos eles, os nossos alunos". (LP)

A fala da professora deixou nítida a paixão e o compromisso com seus alunos, quando diz: "Faço o possível; fazemos todo possível", envolve também toda escola nesse ato.

De acordo com Alves (2004), onde ele poeticamente diz: "O papel do educador é ensinar a olhar com assombro, encontrando a alegria nos olhos dos discípulos. As crianças quando assombradas descobrem novidades no mundo ao seu redor que as espanta e as fazem sorrir. Porém, não basta ver, crianças buscam a razão e o entendimento sobre o que veem" (ALVES, 2004, p.87).

Portanto, o processo inclusivo se tornará uma verdadeira revolução educacional, o que envolverá o descortinar de uma escola eficiente, diferente, aberta, comunitária, solidária e democrática, onde a multiplicidade nos leva a ultrapassar o limite da integração e alcançar a inclusão.

De acordo com a professora de Língua Inglesa:

"Aqui na Escola, às vezes as coisas não saem como queríamos, mas é necessário que haja um mínimo de condições adequadas para que, tanto o aluno dito como normal quanto o que apresenta necessidades especiais tenham a possibilidade de desenvolver-se e atingir seu potencial. Vejo isso como inclusão". (LI)



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NO CONTEXTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA - ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR SEBASTIÃO AUGUSTO LOUREIRO FILHO, MANAUS-AM / BRASIL
Mackson Azevedo Mafra

A professora trouxe à baila o seu descontentamento e também a sua preocupação com o aprendizado do aluno, o que ela intende ser um processo inclusivo. Ao fazer referência ao atendimento à educação inclusiva de todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas, ela concorda com Carvalho (2014), que diz: “As mudanças no pensar, no sentir, e fazer educação para todos não ocorrem num estalar dos dedos, nem dependem da vontade de alguns, apenas” (CARVALHO, 2014, p.127).

Nesse sentido, entender que, na escola inclusiva, as práticas devem responder às diferenças dos alunos por meio de aprendizagem diversificada, para a heterogeneidade dos alunos. Este é um dos objetivos da educação. Em face disto acredita-se que se deve promover a participação ativa do aluno em diferentes experiências para que ele construa um novo conhecimento. Levar em conta o processo cognitivo de cada aluno é um compromisso da escola.

Segundo o professor de Física:

“Talvez precise também para alguns que pense na valorização da diversidade humana, pois é dentro da escola que se aprende a conviver, contribuir e construir juntos um mundo de oportunidades reais... não obrigatoriamente iguais para todos”. (F)

Em sua fala ficou claro que a escola pode ter um papel fundamental na construção de valores que auxiliam os membros da sociedade em geral a pautar sua vida pessoal e coletiva no respeito pelas diferenças, provocadoras de exclusão, pois o princípio que rege a educação inclusiva é o de que, de acordo com Kassir (2016, p. 43): “Todos devem aprender juntos, sempre que possível, levando-se em consideração suas dificuldades e diferenças”, criando condições para que, na prática cotidiana haja principalmente mais tolerância, ajudando assim os alunos a levarem em consideração os pontos de vista do outro.

Pelas declarações dos entrevistados é notório que existe um desafio da Unidade Escolar. Segundo os relatos, para que a educação seja bem-sucedida, a lei tem que ser cumprida, as diretrizes escolares devem ser alinhadas juntamente com todos os envolvidos, adequando, aprimorando e fazendo com que os objetivos traçados sejam alcançados.

CONSIDERAÇÕES

Esta investigação objetivou analisar como as políticas públicas de inclusão, no que tange ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), são colocadas em prática no atendimento dos alunos PcD do ensino médio da Escola Estadual Professor Sebastião Augusto Loureiro Filho, município de Manaus/AM - Brasil. Sendo que os estudos atuais sobre a temática da inclusão escolar dispõem de legislação, de documentos nacionais que preconizam o direito do seu público-alvo à educação especial, o direito a uma educação diferenciada.

As mudanças são fundamentais para a inclusão, mas exigem que todos se esforcem, possibilitando que a escola possa ser vista como um ambiente de construção de conhecimento, deixando de existir a discriminação de idade, capacidade, peso, altura, deficiência física ou mental. A educação assim tem que ter um caráter vasto e obscuro, que favorece uma educação que fará parte



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NO CONTEXTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA - ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR SEBASTIÃO AUGUSTO LOUREIRO FILHO, MANAUS-AM / BRASIL
Mackson Azevedo Mafra

de uma grande construção, uma construção ao longo da vida, independente das dificuldades. É claro que essas pessoas devem receber as oportunidades adequadas para o desenvolvimento de sua personalidade e potencialidade de maneira integral.

Desse modo, ao contextualizar histórica e socialmente a educação da Pessoa com Deficiência (PcD), sob a perspectiva da exclusão social, verificou-se que houve um período pregresso onde as pessoas não apresentavam as ditas condições normais para estarem inseridas na sociedade e, portanto, a escola e o aprendizado eram realidades totalmente descartadas.

Neste sentido que após muitos anos de carência a legislação se tornou mais clara e abrangente, onde está veio garantir que todos os cidadãos sejam contemplados com o direito em receber uma qualidade de qualidade. A pesquisa mostrou o grande leque de leis que amparam os PcD, mostrou também o empenho dos profissionais em reconhecerem a importância da inclusão e desenvolverem estratégias para atender a todos seus alunos, no entanto foi constatado que mesmo com uma vasta legislação as escolas públicas não na sua totalidade apitas a atender a todos os cidadãos.

A Escola Estadual Professor Sebastiao Augusto Loureiro Filho não dispõe de Atendimento Especializado (AEE) nem Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs). Os professores participantes da pesquisa relataram dificuldade de lidar com os alunos do ensino médio, que carecem desse atendimento. Em seus depoimentos informaram que fazem o possível para que a aprendizagem seja bem-sucedida e os alunos permaneçam na escola, mas afirmaram também que estes estão carentes de materiais e formação especializada.

Importante destacar que a inclusão social, por mais que seja objeto de pauta para a reivindicação de política pública, não é tema que diga respeito somente à pessoa com deficiência, à sua família e ao Estado, mas a toda sociedade, pois pressupõe a cooperação, a solidariedade, o respeito e a valorização das diferenças e, acima de tudo, o reconhecimento de que todo cidadão tem direito à dignidade. Os resultados obtidos nesta pesquisa aconselham a não interromper o trabalho de investigação que tem sido desenvolvido até o presente, destaca-se também a implementação de mecanismos de fiscalização nos estados e municípios, para que desta forma possam garantir o que manda a lei ofertando desta forma direitos igualitários a todo cidadão.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, Cláudio Roberto et al (Org.). **Inclusão e escolarização**. Porto Alegre: Mediação, 2016.
- BRASIL. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual / - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2010. v. 2. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).
- BRASIL. **CNE/CEB. Parecer nº 13, de 03 de junho de 2009**. Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade de Educação Especial. Brasília. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, de 24 de setembro de 2009. Seção 1, p 13.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NO CONTEXTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA - ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR SEBASTIÃO AUGUSTO LOUREIRO FIHO, MANAUS-AM / BRASIL
 Mackson Azevedo Mafra

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Casa Civil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 25 out. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> (Acesso em abril de 2021).

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil.

BRASIL. MEC/SEESP. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

BUCCIO, M. I.; BUCCIO, P. A. **Educação especial**: uma história em construção. Curitiba: Ibpex, 2012.

CAMELO, A. I. F. Educação inclusiva: uma visão sobre as necessidades dos docentes. *In*: MARTINS, L. A. R. (Org.). **Escola inclusiva**: pesquisa, reflexões e desafios. João Pessoa: Ideia, 2015.

CARVALHO, R. **Educação inclusiva**: com os pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2014.

COSTA, A. **Metodologia Científica**. Mafra: Nosde, 2019.

FERNANDES, Catarina Costa. **A educação na contemporaneidade**: Entre o dito e o feito. Mafra: Nitran, 2018.

FERNANDES, Catarina Costa. **Metodologia da pesquisa em Educação**. Mafra: Nitran, 2020.

FETTBACK, Carin. **Uma contribuição ao estudo das relações entre família e escola atendimento especializado (AEE) no contexto da educação especial no contexto da educação inclusiva**: uma experiência na rede municipal de Joinville (SC). 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade da Região de Joinville (Univille), Joinville, 2014. Disponível em: www.univille.edu.br. Acesso em: mar. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GAIO, R.; MENEGHETTI, R. G. K. **Caminhos pedagógicos da Educação Especial**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GLAT, Rosana. **A Integração social dos portadores de deficiências**: uma reflexão. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2013.

JANNUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

KASSAR, M. de C. M. Percursos da Constituição de uma Política Brasileira de Educação Especial Inclusiva. **Revista Brasileira Educação Especial**, Marília, v. 17, p. 41-58, maio/ago. 2016.

MANTOAN, M. T. E. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo, Memnon Edições Científicas, 2010.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2010.

MAZZOTTA, M. J. **Deficiência, educação escolar e necessidades especiais**: reflexões sobre inclusão socioeducacional. São Paulo: Editora Mackenzie, 2010



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NO CONTEXTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA - ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR SEBASTIÃO AUGUSTO LOUREIRO FIHO, MANAUS-AM / BRASIL
Mackson Azevedo Mafra

MENDES, E. G. Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil. *In*: PALHARES, M. S.; MARINS, S. C. F. (Orgs) **Escola Inclusiva**. São Carlos: UFSCAR, 2018.

PRADO, Caio Jr. **Dialética do Conhecimento**. Brasília: Brasiliense, 2010.

SAMPIERI, R. H. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Penso, 2013.

SILVA, Tatiana Schmitz da. **O Processo de Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais no Colégio Anglo-Americano de Foz Do Iguaçu - PR: Um Olhar**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidad San Lorenzo, San Lorenzo. República Del Paraguay PY, 2019.

STAINBACK, S.; STAINBACH, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Tradução: Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2015.